



CONTAS PÚBLICAS

Ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel classifica como preconceituoso o projeto do governo federal que altera a correção do Fundo Constitucional. Segundo ele, o “jabuti” é medida inócua para o Orçamento da União, mas impactará fortemente a capital

O DF está sendo alvo de discriminação

» ANA DUBEUX
» ANA MARIA CAMPOS
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Anunciada como medida de ajuste fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a mudança na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) está inserida de contrabando em projeto de lei que versa sobre outro assunto. O texto, de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE) e de outros parlamentares, estabelece mudanças em lei, especialmente a 8.742/93, que trata de regras para controle dos benefícios dos programas de assistência social do governo.

Em meio ao texto, no artigo 7º, o projeto de lei insere uma alteração na Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Constitucional do DF. A proposta, defendida abertamente por Haddad e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece que os repasses federais para a segurança pública, a saúde e a educação do DF serão corrigidos anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo. Atualmente o Fundo Constitucional é corrigido com base na variação da receita corrente líquida da União.

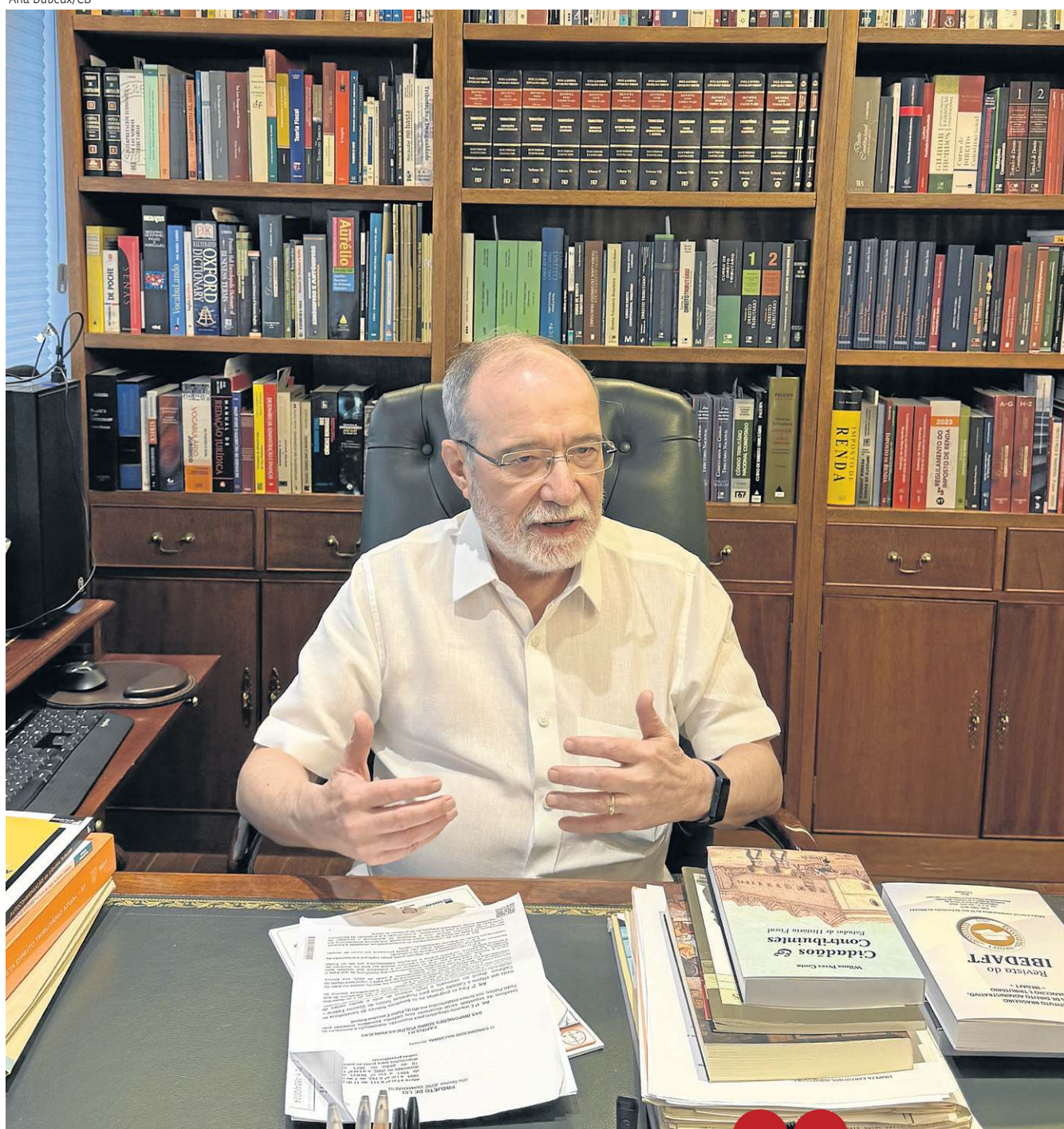
“Esse projeto é muito malfeito”, afirma o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. Na avaliação dele, a proposta encaminhada ao Congresso trata inicialmente de transferência de renda para pessoas, como benefícios. “No meio disso, de repente, aparece o artigo sétimo, que trata do Governo do Distrito Federal. Isso aqui é claramente um jabuti.”

Segundo ele, “o artigo está aqui escondido”. “Então, o governo vai tentar passar como? Tratoração”, critica.

Maciel considera que esse é um esquema comum a quem pretende aprovar matéria sem chamar a atenção. “Aqui se recorreu a uma espécie de dissimulação, uma coisa um pouco ardilosa, para esconder isso aqui, para não ficar visível. Não é a melhor técnica legislativa, sem a menor sombra de dúvidas”, afirma.

O especialista em direito tributário era secretário da Fazenda do DF quando se discutia na capital do país uma forma de dar autonomia financeira para que Brasília pudesse existir como centro político, administrativo e das representações diplomáticas no país. Em 2002, Maciel estava na Receita Federal quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.633/2002 e

Ana Dubeux/CB



criou o Fundo Constitucional.

Desde então, houve muitas tentativas de reduzir os repasses federais. Mas nunca como agora, quando o corte é defendido pelo presidente da República, sob a justificativa de que o Fundo Constitucional do DF deve seguir as regras de correção do Fundo de Desenvolvimento Regional, que deverá ser criado para compensar as perdas dos estados em decorrência da Reforma Tributária.

Esse novo fundo, no entanto, segundo Maciel, tem natureza diferente do Fundo Constitucional do DF. Enquanto o primeiro é destinado a incentivos fiscais para investimentos privados, o segundo é voltado para o custeio de áreas vitais para

a manutenção da capital do país.

Segundo Maciel, o FCDF deve ser comparado, por analogia, ao Fundo de Participação de Estados e Municípios, que está vinculado à receita da União.

Ele avalia que a proposta de mudar a lei do FCDF é preconceituosa e discriminatória e representa um ato contra a capital. “É um ato discricionário contra o Distrito Federal”, afirma. E acrescenta: “O Distrito Federal será usado para financiar o ajuste fiscal”.

Além disso, segundo Maciel, trata-se de uma medida inócua. “É um ato fiscal pífio. Não representa nada em relação ao Orçamento da União e muito para o Distrito Federal”, enfatiza.



Recorreu-se a uma espécie de dissimulação, uma coisa um pouco ardilosa, para esconder isso aqui, para não ficar visível. Não é a melhor técnica legislativa, sem a menor sombra de dúvidas”

Everardo Maciel,
ex-secretário da Receita Federal

Pressa para votar projetos

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de aprovar “de raspão” a urgência dos projetos do pacote de corte de gastos, o governo ganhou alguns dias de respiro. Isso porque, depois da votação da última quarta-feira, os congressistas encerraram a semana de trabalho mais cedo.

Com a evidente falta de apoio para aprovar o mérito dos projetos, o tempo será valioso para a equipe de articulação do Planalto no Congresso encontrar soluções. Parte disso, como já mostrou o **Correio**, passa pela liberação de emendas. Parlamentares ainda estão insatisfeitos com a forma como o Supremo Tribunal Federal (STF) impôs mais rigor nos repasses, com exigências de transparência e rastreabilidade.

Outra parte, segundo governistas ouvidos pela reportagem, tem a ver com uma série de outras questões, como o tempo exíguo para aprovar o Orçamento de 2025 e o fato de o pacote de gastos ser incômodo para diversos setores, que farão pressão para mudar a redação dos textos.

Um exemplo é a pressão feita pelo governo do Distrito Federal e por parlamentares da capital para retirar do PL 45 de 2024 a mudança na correção anual do Fundo Constitucional. Os projetos tratam ainda de mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial, salário mínimo, limitação de supervalários, entre outros.

Imposto de Renda

Com alterações que mexem com tantos interesses, não foi à toa que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil junto com o pacote fiscal, mesmo sem a possibilidade de o tema ser discutido este ano.

Com a urgência aprovada, os projetos de lei já podem ser votados na próxima semana. No caso da proposta de emenda à Constituição (PEC), que integra o pacote fiscal, governistas ouvidos pelo **Correio** dizem que ainda não se sabe a qual proposta o conteúdo será apensado. O apensamento é uma manobra utilizada na gestão do presidente Arthur Lira (PP-AL) para acelerar a votação de PECs. Lira já adiantou, na quarta-feira, que pretende usar a tática.

Petistas reforçam críticas de Lula

» MAYARA SOUTO
» VINICIUS DORIA

As críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) ganharam apoio, ontem, de petistas. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (CE), disse também querer alterar a correção dos repasses.

“O presidente Lula quer mudar, e eu quero também. Tem que enquadrar o fundo no arcabouço fiscal. Do jeito que está, é uma excrescência”, frisou, em seminário do PT em Brasília.

Para o ministro da Casa Civil, Rui Costa, “os recursos do DF têm que estar enquadrados no arcabouço fiscal, como todos os outros fundos. Não pode ter privilégios. O fundo do DF não é diferente”, disparou.

Na quarta-feira, Lula criticou o governador Ibaneis Rocha, por defender o FCDF, e enfatizou que “não era mais possível” a capital federal receber mais do que os estados.

“O governador de Brasília ficou irritado com a nova coisa que a gente quer fazer (medidas de ajuste fiscal). Não era possível ele receber mais que os outros estados. Aliás, já é o estado que recebe mais”, afirmou Lula, na reunião sobre a municipalização de hospitais federais do Rio de Janeiro.

O chefe do Executivo argumentou que todos os estados precisam ter a mesma “possibilidade” de desenvolvimento. “Aos poucos, vamos tentando fazer este país voltar à normalidade, tratar todo mundo com o mesmo respeito, fazer com que todo estado tenha a mesma possibilidade de se desenvolver”, acrescentou.

A posição do governo federal em relação ao Executivo do DF é duramente criticada por Ibaneis Rocha. “Tenho sido muito, digamos assim, maltratado pelo governo federal, principalmente — e aí eu falo de forma muito clara — pelo presidente Lula e alguns assessores que estão ali”, disse o governador, ontem em entrevista ao CB. Poder (leia

mais na página 13).

No governo e no próprio PT há reprovações à alteração na correção do FCDF. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, reconheceu a importância do fundo, na última terça, em uma sessão da Comissão de Segurança Pública do Senado.

“Sem entrar no mérito dos cortes, quero dizer que reconheço a importância do FCDF e que seus recursos têm sido bem aplicados”, avaliou. “(O Fundo Constitucional) sempre foi algo, ao meu ver, benfazejo. Com suas limitações, ele remunera os policiais, além de dirigir verbas para a educação e saúde”, acrescentou o ministro.

O ex-presidente da República José Sarney, que declarou voto em Lula na última eleição e mantém relação amigável com o chefe do Executivo, compartilha da mesma visão do ministro da Justiça.

“O Fundo Constitucional do Distrito Federal não é somente do interesse do DF, mas de todo o Brasil. Temos o dever

Dante Fernandez/AFP



Lula disse que a capital federal não pode receber mais recursos do que os estados

de que a cidade de Brasília tenha recursos para atender às necessidades de segurança. Como verificamos aquilo que aconteceu em 8 de janeiro, há necessidade de uma polícia especializada de

Brasília. Jamais foi tão necessário. O episódio de terrorismo ocorrido em novembro confirma que Brasília deve ter uma segurança própria”, ressaltou, em entrevista ao **Correio**.